

**EXPLORAÇÃO E ATIVISMO: MULHERES NEGRAS E AS BARREIRAS
INTERSECCIONAIS NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX.**

**EXPLORATION AND ACTIVISM: BLACK WOMEN AND
INTERSECTIONAL BARRIERS IN THE RECÔNCAVO TOBACCO
INDUSTRY IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY.**

Rosana Falcão Lessa¹

Resumo

As experiências de vida das mulheres negras na contemporaneidade, marcadas pelo racismo, além de outros mecanismos de exclusão, como gênero e classe, contribuem para problematizar as relações de poder que permeiam a construção das narrativas históricas de cada parte do Brasil. Tomando como base as análises interseccionais este texto pretende colaborar para compreensão e aprofundamento dos estudos históricos sobre inserção social das mulheres negras no Recôncavo Baiano, as condições peculiares de trabalho das zonas fumageiras, bem como seu protagonismo e ativismo frente às estruturas opressoras, principalmente no que se refere ao sexismo e racismo. Abordaremos o cotidiano das mulheres negras, negociações e sobrevivência fora do mundo privado das cozinhas, tanques e quintais. Entenderemos como a estrutura colonial construída a partir da economia fumageira definiu as experiências das mulheres negras.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Recôncavo Fumageiro; interseccionalidades.

Abstract

The life experiences of black women in contemporary times, marked by racism, in addition to other mechanisms of exclusion, such as gender and class, contribute to problematizing the power relations that permeate the construction of historical narratives in each part of Brazil. Taking intersectional analyzes as a basis, this text aims to contribute

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006). Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professora da Escola Municipal Ana da Costa Falcão desde março de 2002. E-mail: lessarosana05@gmail.com.

to the understanding and deepening of historical studies on the social insertion of black women in Recôncavo Baiano, the peculiar working conditions of the tobacco areas, as well as their protagonism and activism in the face of oppressive structures, mainly in relation to sexism and racism. We will address the daily lives of black women, negotiations and survival outside the private world of kitchens, tanks and backyards. We will understand how the colonial structure built from the tobacco economy defined the experiences of black women.

Keywords: Women's work; Recôncavo Fumaeiro; intersectionalities.

Introdução

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém nunca ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cedem o melhor lugar. E por acaso eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor que eu! E por acaso eu não sou uma mulher?

Sojourner
Truth

Pretende-se compreender como as marcas da escravidão e colonialismo definiram as experiências de liberdade das mulheres negras, norteadas pela análise interseccional, a fim de discutir como a estrutura da disparidade da desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero, atingindo em especial as mulheres de cor (Collins e Sirma, 2021, p.34), na segunda metade do século XIX, salientando as peculiaridades de cada localidade. No caso deste texto, utilizaremos a abordagem interseccional, entendendo que a fusão entre racismo, patriarcado e capitalismo estruturam as desigualdades. Para analisar as experiências de vida das mulheres negras do Recôncavo Baiano, faremos uso de processos-crimes, jornais, fichas de registros de empregadas e

outros documentos que descortinam a oficialidade do trabalho, bem como cotidiano das operárias do fumo.

A região é marcada pelo plantio do fumo, usado durante o século XVI ao XIX como moeda de troca no tráfico de escravizados no continente africano, mais especificamente na Costa da Mina e a produção de charutos que caracterizam culturalmente o Recôncavo Baiano até os dias atuais. Entende-se por Recôncavo Baiano Fumageiro², a região formada por freguesias em volta do Vale Rio Paraguaçu, como São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão do Jacuípe, Conceição da Feira e Nossa Senhora do Resgate de Umburanas.

É importante salientar que denominação regional de Recôncavo Baiano Fumageiro é resultado da demarcação de uma região que durante o período colonial e imperial comportou várias culturas agrícolas, além do Recôncavo Fumageiro temos o Recôncavo Canavieiro, Recôncavo da Farinha, todas essas culturas predominantemente voltadas para exploração colonial e manutenção do tráfico de escravizados.

A partir de 1850, com o fim do tráfico transatlântico de escravizados, o fumo foi associado à produção camponesa, contribuindo, dessa maneira, para estabelecer a duradoura reputação do tabaco como “lavoura de pobre” ou de “quintal”. Além disso, a economia oferecia a homens e mulheres livres e libertos, a maioria negra e mestiça, outras alternativas para o trabalho permanente, como o emprego nas fábricas de Cachoeira, São Félix e Maragogipe ou na indústria têxtil que se desenvolveu na Bahia, na segunda metade do século XIX. Diante dessa possibilidade há dados do censo de 1872, primeiro

² Definições e Caracterizações do Recôncavo “Por quatro séculos, a Cidade da Bahia ou Cidade do Salvador da Bahia teve por região o Recôncavo e a costa do mar aberto até a Baía de Camamu. Estima-se em cerca de 800 embarcações que, no início do século XIX, aí entravam diariamente, trafegando de Porto Seguro ao Rio Real, e em 450 por ano os navios vindos de longe. Mas a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo entre a abolição e a década de 50 do século XX, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política e terminou por quase isolar-se dos processos que desde então marcaram a vida nacional” in: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 34).

“Chama-se de Recôncavo a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro, no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil” (PINTO, 1988 *apud* BRANDÃO, 1998, p. 101).

“Um berço da agricultura de *plantation* do Novo Mundo, o Recôncavo fazia parte do Nordeste de Gilberto Freyre. A região produziu, entre 1780 e 1860, grandes quantidades de fumo e açúcar para o mercado mundial. De fato, no começo do século XIX, a Bahia exportou mais açúcar que qualquer capitania brasileira; e da Bahia também veio quase todo fumo vendido na Europa” in: BARICKMAN, B. **Um contraponto baiano**: açúcar fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 28.

recenseamento do Brasil, o maior número de mulheres negras e mestiças nessas regiões, pois, a atividade citada possibilitava a condução de suas vidas fora do trabalho doméstico ou totalmente condicionadas à informalidade.

Tanto o cultivo do fumo, beneficiamento e produção de charutos eram consideradas atividades femininas, culturalmente leves, ao se comparar com os processos que envolviam a produção de cana-de-açúcar, para maior exploração do trabalho das mulheres, ou melhor, às mulheres negras, a posição com relação ao conceito de feminilidade dos senhores, mestres, donos das fábricas variava conforme a conveniência. As mulheres negras podiam ser exploradas como homens e condicionadas a múltiplas violências.

As operárias das fábricas de fumo, no Recôncavo, souberam usar as condições econômicas, embora privadas de direitos, ao próprio favor, gerenciando suas atividades laborais, subjugando projetos estruturais de exclusão da população negra da sociedade. Dialogaremos com produções historiográficas que trazem o trabalho doméstico como principal alternativa de sustento das mulheres negras no pós-abolição.

Conforme Collins e Sirma (2021), as ideias centrais da interseccionalidade, como desigualdade social, poder, realidade, contexto social, complexidade e justiça social, foram elaboradas nos contextos dos movimentos sociais que enfrentaram as crises de seu tempo, sobretudo diante dos desafios do colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista, enquanto que as mulheres de cor foram afetadas pela convergência desses sistemas de poder. Nesse sentido as possibilidades de resistência, aos diversos atravessamentos são variáveis de acordo com os diversos contextos que emergiram da escravidão, no Recôncavo Fumageiro a possibilidade de gerenciamento do tempo, atuação no comércio informal (alimentos e charutos), lavoura de fumo, produtos de subsistência possibilitou uma maior organização da população negra na busca por dignidade.

Educação, Moralidade, Resistência e Protagonismo Feminino no Recôncavo Fumageiro

Das inúmeras formas de humanização e construção da dignidade, a importância de ter acesso a alfabetização fica registrada nos jornais do início do século XX, haja vista que hoje, temos a consciência que o modelo de educação legitimava o racismo e naturalização do machismo, sexismo e eurocentrismo. Conforme Butler (2020, p.109), o

estado moderno e a sociedade civil brasileiros pretendiam ser a antítese das “atrasadas” culturas ancestrais da África, tornando assim os africanos e a africanidade incompatíveis com a cidadania da nova nação, cujo “ethos” era “ordem e progresso”.

No Título 8º, no Art. 179, quando da menção à educação, afirmando que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (Barbosa, 2015, p.116), a Constituição de 1891 garantia o direito de oferta escolar através da iniciativa privada. No contexto fumageiro, percebe-se que as pessoas negras estavam se organizando para alfabetizar seus iguais, já que não teriam oportunidade nas propriedades particulares das professoras, direcionadas às classes abastadas.

A população negra protagonizou sua inserção no processo educacional, já que até então a sociedade os privara desse direito e, construíram possibilidades para que seus iguais tivessem a oportunidade de livrar-se da exploração e vislumbrar melhores condições de vida, em um período dominado pela crença da superioridade de uma raça e na inferioridade inerente da África, o acesso à informação sobre história, cultura e questões africanas eram severamente limitadas nas escolas (Butler, 2020, p.114).

Angela Davis (2016, p.98), em seu livro *Mulheres, raça e classe*, focaliza a situação das norte- americanas negras no pós-abolição:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo de “serviçais domésticas”.

Em outros escritos da minha autoria, busquei descrever o cotidiano de trabalho e familiar das mulheres fumageiras do Recôncavo, bem como a tensão social vivida entre os paradigmas burgueses de moral e gênero, com as possibilidades de inserção social de sujeitos negros no mundo pós-abolição, entendemos que, socialmente, as mulheres negras eram vistas como cidadãs de segunda classe, menos femininas e designadas a trabalharem em ocupações precarizadas, consideradas vis, manuais e de exploração violenta, profissões que as mulheres brancas rejeitavam e mantinham a estabilidade de uma sociedade racializada. Sobre essa questão, May Madison nos dá uma contribuição muito importante da compreensão sobre o trabalho de brancos e negros (Collins, 2019, p.104):

Uma diferença importante muito importante entre brancos e negros é que os brancos pensam que o trabalho define quem você é. [...] Ora, um negro sabe que faz muito mais sentido pensar o que estou fazendo não

tem nada a ver com que eu quero fazer nem com o que eu faço quando estou fazendo algo por mim. Ora, o que os negros pensam é que meu trabalho é exatamente o que tenho que fazer para conseguir o que eu quero.

Nesse campo de compreensão sobre o trabalho e de perspectiva de vida que venho analisando a história de mulheres negras do Recôncavo Baiano, mulheres sagazes que romperam com as determinações sociais e construíram suas experiências de trabalho visando um futuro melhor para seus descendentes, colocando o trabalho de empregadas domésticas como a última alternativa escolhida para manutenção da subsistência.

É importante ter referências de pesquisas que dimensionem as relações entre empregadas e patrões em diferentes contextos do pós-abolição, trabalhos como o de Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910*, trata da relação ambígua entre patrões e criadas, sua vida privada e a conexão estabelecida por essas mulheres entre os espaços público e privado. Segundo a autora, no Rio de Janeiro, em 1870, a maioria das mulheres que trabalhava era empregada doméstica, totalizando 71% das mulheres trabalhadoras. As mulheres, livres ou escravas, trabalhavam lado a lado, pois a partir da década de 1860 o trabalho doméstico foi se tornando cada vez menos território de escravos, mas continuou sendo um espaço destinado às pessoas negras (Graham, 1992).

Segundo as pesquisas da autora, para manter um estilo de vida próprio da elite, as criadas eram fundamentais. As atividades domésticas eram as mais diversas e estavam relacionadas a certos serviços públicos que eram inexistentes. Até 1860, as casas do Rio de Janeiro não tinham água encanada nem sistema de esgoto. Eram as criadas, e também criados, que carregavam água, lavavam roupa nos chafarizes públicos, esvaziavam os urinóis, faziam compras. Dividiam-se entre cozinheiras, amas-de-leite, mucamas e costureiras, quando não desempenhavam todas essas funções. As criadas pertenciam à “classe” dos trabalhadores pobres urbanos. Ou melhor, o serviço doméstico era essencial para manter as hierarquias sociais e de cor.

Walter Fraga Filho (2006), em seu trabalho *Encruzilhadas da Liberdade*, constatou que o setor doméstico era o que mais absorvia trabalho feminino, nas funções de amas secas, engomadeiras e cozinheiras. Porém, o trabalho doméstico agregava também a mão-de-obra masculina, mas com ocupações estavam mais relacionadas à lavoura e ao mercado urbano, aos serviços de ganhadores, marceneiros, pedreiros etc.

Por outro lado, considerando o Recôncavo e os dados do Censo de 1870 e 1920, que abrange a baliza temporal deste texto, nos permite repensar as abordagens predominantes sobre trabalho feminino no pós-abolição e nos atentarmos para as peculiaridades de cada região, no Recôncavo Baiano, as mulheres, costumeiramente viviam do plantio de tabaco, do beneficiamento e na venda charutos agregadas a outras atividades. Nos últimos anos há um crescente número de trabalhos que evidenciam as peculiaridades da região, por exemplo, Karine Damasceno, em sua tese de doutorado (UFBA, 2019) trabalha as trajetórias de mulheres negras que lutavam pela sua liberdade legal em Feira de Santana, no período de 1871 a 1888. Dentre tantas histórias, a autora nos apresenta Belmira, uma mulher negra em processo de luta pela liberdade que passa um período em São Gonçalo dos Campos, centro da produção fumageira, possivelmente em busca de alternativa de trabalho,

[...] a sobrevivência deve ter sido uma preocupação de Belmira desde a sua chegada a Feira de Santana e ela deve ter pensado em alternativas de trabalho em uma cidade onde, principalmente, mulheres, as escravizadas, libertas e livres tinham como ocupação mais provável o trabalho rural nas fazendas agrícolas, o doméstico e, certamente, a venda de produtos na famosa feira livre.

57

Segundo Damasceno (2019, p. 73), Belmira era natural de Coração de Maria, termo da Freguesia da Purificação, região açucareira do Recôncavo baiano. A autora destaca a surpresa de Belmira em vivenciar uma dinâmica diferenciada:

[...] deve ter se surpreendido com a dinâmica da feira que extrapolava o entorno da praça João Pedreira, região do centro de cidade onde ela ocorria e onde se aglomeravam inúmeros trabalhadores, a exemplo dos vendedores que pesavam as sacas de fumo cultivadas principalmente na já citada freguesia de São Gonçalo dos Campos, mas, também, em São Félix, Cruz das Almas e na freguesia de São José das Itapororocas.

Durante anos de pesquisa no Arquivo Público da Bahia, emergiram várias histórias de mulheres negras que desafiaram a lógica estrutural com suas experiências e protagonismo na condução de suas vidas, por exemplo Domingas (Processo-Crime, APEB, 1862), uma mulher morta pelo seu companheiro, conforme processo-crime de 1862, por não ter-lhe comprado a liberdade. Ao ser descrito os pertences de Domingas, o documento informa que junto com produtos que vendia na feira, foram encontrados alguns fardos de fumo, no decorrer do processo, a vítima passa ser fortemente criticada porque sua alegria, ao cantar durante a lida e ter êxito em seus negócios tornou-se fator de incômodo a todos viviam ao redor do casal. O processo de Domingas é taxativo, ao

trazer à tona a operacionalidade da fumicultura associada a outras culturas de subsistência, o que possibilitava que as mulheres empreendessem e viabilisassem o sustento familiar, além de comprarem a própria liberdade.

Então, além terem maiores possibilidades de ganhos para comprar a própria liberdade, possivelmente, como outras mulheres negras viam-se “pressionadas” e/ou com a atribuição, em alguns casos, de libertar seus companheiros e/ou familiares, o que dá margem para pensarmos na emergência de novas relações de poder que contrariavam o modelo burguês e eurocêntrico. Nesse sentido, é necessário lembrar que às mulheres Negras, de modo geral, havia uma sobreposição de responsabilidades, além de cuidar de seus familiares e da comunidade negra, elas ainda precisavam cuidar da família senhorial, das crianças, da senhora e do senhor, dos velhos e doentes.

Em todos os relatos, a liberta aparece como uma mulher trabalhadora e feliz, isso lhe rendeu repreensões, censuras e até a própria vida. Era o verdadeiro comportamento transgressor para uma mulher negra, demonstrar ou estar feliz. Em relação a Jacob, companheiro de Domingas, foi condenado às galés perpétuas. Seu senhor tentou intervir, possivelmente, para não perder a força de trabalho.

O caso de Domingas e Jacob configura as diversas realidades de arranjos familiares ou relações afetivas que emergiram do cativeiro, resultantes do choque de paradigmas eurocêntricos e das possibilidades peculiares a cada contexto em que os escravizados e ex-escravizados tiveram que reconstruir suas vidas afetivas, econômicas e experiências sociais.

Já outro caso, o defloramento da pequena Bernardina (Processo-Crime, APEB, 1876), acontece em um contexto de plantação das malhadas de fumo, onde a criança residia, conforme o processo, Bruno Ramos, um rapaz de 14 anos, filho de Maria do Pereira, solteiro, brasileiro, natural do Arraial de Belém, que se ocupava em trabalhar na roça, e Bernardina de Tal, uma criança de 7 anos, ocorrida na Freguesia de Belém, pertencente ao Termo de Cachoeira, no dia 11 de julho de 1876, aproximadamente às 11 horas da manhã, na casa de Manoel Custódio, pai de Bernardina, que no momento do delito encontrava-se no trabalho em suas malhadas de fumo, deixando a menina Bernardina em casa a cuidar de outra criança aleijada, quando o agressor Bruno Ramos, que certamente sabia da rotina da família, entrou, agarrou-a violentamente, conduzindo-a para um quarto, e deflorou-a (Processo-Crime, APEB, 1876). Ressalto que termo defloramento, não dá conta da violência que pequena Bernardina foi acometida,

naturalizado no contexto temporal, mas para que haja compreensão da violência, sem que haja anacronismo, termo “defloramento”, utilizado na época para relações consentidas, ao passo que nos seus autos do processo consta:

[...] ahí achando-se a menos Bernardina em casa balançando outra criança, pegou-a e derrubando-a serviu-se da mesma à força, a qual se acha em risco de vida, pois a dita Bernardina ainda não conta com sete anos de idade e está principiando a mudar os primeiros dentes da frente [...].

A menor, conforme o processo, foi deixada em um estado deplorável, correndo risco de vida, cercada por uma poça de sangue. O corpo delito foi realizado dias depois da violência, de acordo com o resultado da análise médica, houve introdução forçada de um corpo estranho nas partes íntimas de Bernardina, deixando-a dilacerada, e comprovou-se também a cópula carnal.

Todas as testemunhas do processo se ocupavam com os trabalhos nas malhadas de fumo, como por exemplo, Felicíssimo Pereira de Souza, natural de Belém, com 25 anos, lavrador. Felicíssimo relatou que no dia do acontecido estava indo de suas malhadas³ para casa, quando encontrou no caminho o querelado Bruno Ramos, preso por Manoel Custório e outras pessoas que se dirigiam à casa de queixas e ele, testemunha, resolveu acompanhá-los até a referida casa, onde a menor Bernardina já estava.

O mais impressionante no processo é que, para se eximir da pena, o curador do réu sugeriu o casamento com Bernardina, a fim de “reparar-lhe o mal” e em respeito ao parentesco de ambos, sendo Januária, mãe da vítima, intimada em juízo para se posicionar sobre a proposta, “Januária Ferreira de Jesus disse que de maneira alguma consentiria semelhante casamento; porquanto, o acusado era um homem sem meios de vida que nem residência própria tinha, e que, portanto não poderia concordar com tal casamento” (Processo-Crime, APEB, 1876).

A pequena Bernardina se negou a aceitar a proposta, dizendo que o acusado a maltrataria e já tentou matá-la, referindo-se ao estupro. Insistentemente, o curador de Bruno solicitou que o juiz perguntasse à menor quem a aconselhou a dizer que não queria casar neste juízo, Bernardina respondeu que sua mãe lhe disse para não querer casar, mas que ela, por vontade própria, não queria tal casamento. Bruno, mesmo negando a autoria do defloramento, respondeu em juízo que casaria para livrar-se da prisão.

³ Plantações de fumo.

Após o réu ser condenado a cinco anos de prisão, o curador continuou as razões da apelação, relatando que “o que explica a violência não é a tenra idade da vítima, mas os meios de violentos empregados para conseguir os fins desejados” (Processo-Crime, APEB, 1876) e que a injustiça reside em um Juiz, representante do trono da verdade, se curvar à vontade de uma mãe desnaturada que prefere ver sua filha desonrada, marchar a senda da prostituição, do que lavada a mácula pelo próprio autor dela, ver sua filha receber os entes sacros em nome de mulher casada. Prossegue relatando que a pequena Bernardina seguiu os caprichos de sua mãe, “uma mulher perdida e que deseja que sua filha a imite no caminho da imoralidade, caminho da perdição e prostituição. A lei quer moralidade e não pode seus executores concorrer para o contrário disso”.

A constituição do arcebispado não se opõe a realização do casamento, attento a idade da menor ao tempo do defloramento, parece e é de toda justiça, que neste caso, se deverá seguir o casamento, já em cumprimento da lei, já para salvá-la da prostituição uma menina que virá vir constituir uma família legítima, e já finalmente não venha triunfar o capricho filho da estupidez de uma mulher ignorante, e com ele a condenação desmerecida e antilegal de quem, acorbertado com a lei quer reparar a ofensa praticada.

O apelante segue pedindo ao superior tribunal uma providência legal para efetuar o casamento, que segundo ele trará mais vantagens à sociedade, à lei, do que a condenação do réu, e com ela a perdição perpétua de uma menina que não pode e nem deve ser sacrificada pelos caprichos de sua mãe. Conforme as palavras do curador do réu:

Assim a moralidade ganhará, a lei será respeitada e mantida, a sociedade não terá que presenciar um mais um quadro feio, triste e repugnante vendo lançada na carreira da prostituição e da miséria uma menina que por capricho daquela que deveria prezar por sua honra e por sua dignidade.

No entanto, o advogado de Bernardina postulou que a lei deveria ser entendida em termos hábeis e não no absurdo inqualificável que seria o casamento da vítima com o réu, porque repugnaria as leis da natureza, e prossegue:

Só se pode contrair matrimônio aos quatorze anos sendo varão, e aos doze anos completos, sendo fêmea, palavra da constituição arcebispado, artigo duzentos e sessenta e sete, salvo quando antes da dita idade constar que tem descrição e disposição bastante que supra a falta daquela: citado artigo da constituição... um grande número de expectadores que compareceram à sessão presenciaram a impossibilidade absoluta de casamento, não só pela tenra idade da ofendida, mas pela configuração do delito e traços de organização.

O advogado de Bernardina e sua mãe evidenciaram que é impossível o consentimento materno ao casamento, por valiosas razões:

Não se há de entregar uma criança a um homem, que não tem residência, e menos ainda meios de vida, um perfeito vadio, vagabundo porque ao invés de moralizar o fato seria agravado com a prostituição, seria um mal maior e sem paradeiro. Parece que temos o dito o bastante para demonstrar improcedência ao recurso interposto (Processo-Crime, APEB, 1876).

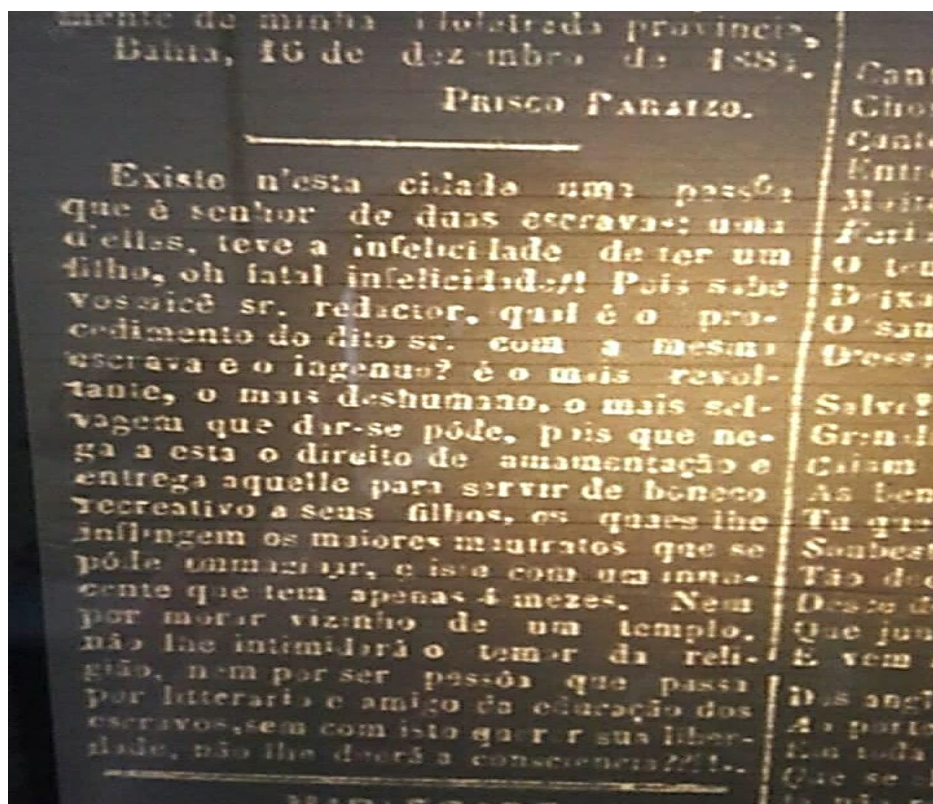
O processo se arrastou até o ano de 1878, quando Bruno presumivelmente já estava com 16 anos e Bernardina com 9 anos. No entanto, ainda em 1876, encontramos um pedido de *Habeas Corpus* (Habeas Corpus, APEB, 1876) para Bruno Ramos, feito por Maria Pereira de Jesus, sua mãe. O documento alega que seu filho menor, de nome Bruno Ramos, está preso à disposição do delegado de polícia sem ordem legal e sem razões para tal, e que o mesmo precisa ser alistado como recruta, mas isso só pode ocorrer quando ele tiver 19 anos completos, e ele tem 14 anos comprovados, com certidão que mandou extrair em Conceição da Feira. A impetrante procurou meios para conseguir o *Habeas Corpus*: “[...] por sua idade, conta seu filho como único arrimo, tendo além dele, mais quatro filhos menores, inclusive um aleijado [...]”.

Esse triste infortúnio na vida de Bernardina é elucidativo para se pensar a evolução e a operacionalidade do conceito de moralidade, estritamente atrelado às vivências femininas, sendo o fardo de mulheres pobres e negras aos olhos de uma sociedade patriarcal e racista; o sentido da infância totalmente diverso, e segundo Fraga Filho (1996), no caso de Salvador, existia uma distinção entre as crianças que nasciam em conjunturas sociais livres, libertas e escravas. A ideia de infância, também, não era compreendida de maneira igual para cada criança que fazia parte desses grupos. Desse modo, as crianças desfavorecidas, além de experimentar os rubores das ruas, eram consideradas como mendigas, moleques e vadias (Fraga Filho, 1996). Penso que seja uma definição extremamente delicada, pois como indica a matéria abaixo, do Jornal *A Imprensa*, da cidade de Cachoeira, de dezembro de 1884, não tem definição que dê conta do que poderia ser considerada a infância para meninos e meninas negras.

Existe nesta cidade uma pessoa que é senhor de duas escravas, uma dellas deve a infelicidade de ter um filho, oh fatal infelicidade, pois saiba vosmicê sr. Redator qual é o procedimento do dito senhor com a escreva e o ingênuo? É o mais revoltante, o mais desumano, o mais selvagem que dar-se pode, pois nega a esta o direito de amamentação e entrega aquele para servir de boneco recreativo a seus filhos, os quais lhe infligem os maiores maus tratos que podem imaginar. E isso com

um inocente que tem apenas 4 meses, nem por morar vizinho de templo não lhe intimidará o temor da religião e nem por ser pessoa que passa por ser literário e amigo da educação dos escravos, sem com isto querer a sua liberdade, não lhe doerá a consciência?

Figura 1- Jornal *A Imprensa*, 1884



Fonte: Arquivo Público da Bahia.

De acordo com Mattoso, no curto período de vida de crianças, entre os 3 e os 8 anos, iniciavam-se as relações sociais com os senhores e os demais cativos, sendo que nos dois últimos anos a criança começava a prestar pequenos serviços; a fase dos 7 aos 12 anos não era mais a idade da infância, pois sua força de trabalho era explorada ao máximo (Mattoso, 1988). Em seu estudo, Maria Cristina Luz Pinheiro encontrou crianças com apenas 4 anos de idade trabalhando, entretanto, para a autora, mais importante que a precisão da idade em que elas começavam a vida de trabalhadoras, importa saber que as crianças estavam longe de ser um peso para os proprietários e que, desde muito cedo, elas podiam ser encontradas no processo produtivo, seja no serviço doméstico, na lavoura, no comércio ou, em alguns casos, como mão de obra qualificada (Pinheiro, 2005). Os laços de parentesco, familiares ou de solidariedade, possibilitados por trajetórias individuais e coletivas no seio das comunidades negras, pobres e rurais, recém-egressas da escravidão, variavam de acordo com as especificidades de cada localidade.

Os legados da escravidão impactaram diretamente nas normas socioculturais, trata-se de uma constelação de questões de gênero, feminilidade, masculinidade, sobre o *status* de menina/mulher de maneiras díspares em cada contexto. É importante que tais questões, resguardadas as suas devidas especificidades, sejam pensadas interseccionalmente e, de acordo com Hill Collins (2021), a interseccionalidade não só é um método de fazer pesquisa, mas também é uma ferramenta de empoderamento.

Experiências Femininas e Cotidiano nas Fábricas de Charutos

É importante citar a obra literária de Mariah Costa Penna (1989), a escritora foi uma das herdeiras da fábrica de charutos Costa e Penna, mãe da saudosa Gal Costa e autora do livro “Vida nas vidas”, no qual é retratado o cotidiano das charuteiras com riqueza de detalhes. A personagem principal, Cantídia era engomadeira e charuteira; uma mulher negra que vivia uma vida sofrida ao tentar moldar -se aos padrões injustos e impossíveis de serem alcançados da sociedade patriarcal.

Se o tráfico de escravizados construiu a riqueza das famílias merecedoras de honrarias e distinção nos jornais e na sociedade, a exploração de homens e mulheres negras teve um papel decisivo na manutenção de tais privilégios e *status* social, e múltiplas formas de resistir constituem as estratégias de mulheres negras inscreverem sua existência historicamente. Nesse sentido, desconstruir os estereótipos que perpetuam a subordinação é o grande desafio da História na contemporaneidade. E segundo Hill Collins (2019), os grupos marginalizados estão localizados em posições que lhe possibilitam um maior conhecimento dos fatos sociais, produzindo questionamentos de forma mais acurada que os grupos privilegiados.

A construção de uma educação antirracista e de uma sociedade com justiça social perpassa o conhecimento dos processos históricos que permearam a inserção social dos sujeitos, bem como o reconhecimento e o respeito às diferenças. E contar a história de mulheres negras é uma forma de suprimir os processos de coisificação e desumanização que fazem parte de um complexo de exploração, vivenciado em contextos diferenciados, onde não há uma única forma de resistência.

Anna Patrícia Souza, nascida em 1880, e Alexandrina Carvalho, em 1878, poucos anos antes da abolição da escravidão, conforme demonstram as fichas dos registros de empregados da fábrica de charutos Dannemann, bem poderiam ser confundidas com

Cantídia e Lindaure, personagens do capítulo *As charuteiras*, de Mariah Costa Penna (1989).

Figuras 2 e 3- Fichas de empregadas da Dannemann, 1938

349260

79-15

REGISTRO DOS EMPREGADOS
DA FIRMA **Companhia de Charutos Dannemann** N. 216 C.

O Sr. Anna Patrícia Sousa nacionalidade Brasileira
Estado civil Solteira com 58 anos de idade, nascido na
cidade Lape em 30 de Maio de 1850
filiação (Paterna Alexandre da Silva
Materna Alexandra Sousa)
residente a rua Do Hospital n. 25 na cidade São Félix
portador da Carteira Profissional n. 22465 série 9ª foi admitido em 20 de Novembro de 1911
na qualidade de Charuteira com os vencimentos de Rs. \$
(Tarefa, Tarefa Variável)
para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso
beneficiários

Observações:

São Félix 18 de Fevereiro de 1938
Anexo de Anna Patrícia Sousa Vicente Araújo
Domingos José de Almeida
ASSINATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações

79-15

REGISTRO DOS EMPREGADOS
DA FIRMA **COMPANHIA DE CHARUTOS DANNEMANN** N. 487

O Sr. Alexandrina Carvalho nacionalidade Brasileira
Estado civil Solteira com 60 anos de idade, nascido na
cidade Maragogipe em 25 de Novembro de 1875
filiação (Paterna Balthazar Teixeira de Carvalho
Materna Maria Augusta)
residente a rua Curicuito n. 7 na cidade Itachocira portador da
Carteira Profissional n. 22305 série 9ª foi admitido em 12 de Outubro de 1935 na qualidade
de Charuteira com os vencimentos de Rs. 120\$
(Tarefa, Tarefa Variável)
para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso
beneficiários

Observações: 16/11/43

São Félix 11 de Outubro de 1935
Anexo de Alexandrina Carvalho Vicente Araújo
Domingos José de Almeida
ASSINATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Através da vida de Cantídia e Lindaure, a autora materializa as várias dimensões das recém-egressas da escravidão, a precariedade das habitações, as longas caminhadas para a faina cotidiana: “desciam a ladeira aos grupos, mas Cantídia gostava de isolar das outras, que gostava de tagarelar, troçar e debochar” (PENNA, 1989, p.147), essa era uma

movimentação característica das localidades que abrigavam os armazéns e fábricas de charutos.

Além disso, a autora se refere às longas jornadas de trabalho, que causavam prejuízo à saúde, como mãos e pés inchados, tonturas, enjoo, doenças graves, como asma, bronquites, alergias respiratórias, dermatoses, eczemas e até a morte das operárias. A consciência de classe aparece no trecho: “Gente pobre não pode vadiar, isso para os ricos, que têm com que ‘se guentá.’ Mesa coberta de pitêu e, para nós, sempre faltando gororoba”. Em resposta à marginalização imposta pela sociedade e à “disparidade com que são tratados os seres humanos”, as mulheres desdenhavam das pessoas bem vestidas, agrediam com olhares quando eram notadas (Penna, 1989, p. 144).

É importante citar a análise de Hill Collins (2009, p. 329) sobre o ativismo das mulheres negras, onde a autodefinição, a autovalorização e a busca de autonomia definem a sua visão de mundo, assim como as crenças que derivam de sua luta pela sobrevivência, para tanto, a autora registra uma entrevista com Sara Brooks, uma empregada doméstica que teoricamente não costuma ser vista como uma ativista política, “Para mim, os brancos podem estar me julgando, mas eu estou julgando eles também. Se desdenhavam de uma pessoa de cor, desdenhavam de mim também e eu fazia a mesma coisa com eles [...]”.

Então, era essencial continuar resistindo às relações de solidariedade, e Mariah Costa Penna descreve os laços das mulheres nos momentos de morte e doença, bem como as alternativas utilizadas para livrar os filhos de uma vida de miséria, como é o caso de uma menina fraca, que já tinha uma filha que morava com a avó, do outro lado do rio. Assim era caracterizada Berila, que mal completou 17 anos e morreu em decorrência de um aborto, “era costume recorrerem aqueles métodos, quando não queriam filhos, aquela vítima estendida ali não era a primeira e nem seria a última” (PENNA, 1989, p. 145). Até mais novas que Berila, encontrei diversas meninas que não tiveram o direito de serem crianças, entre 13 e 15 anos, trabalhando na Dannemann, a exemplo das que constam nas fichas abaixo, de Arlinda Conceição (15 anos), cuja foto reflete a imagem de uma criança, e Celina Maria da Conceição (13 anos).

Figuras 4 e 5 – Fichas de registro de meninas empregadas

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 1356

A Sra. Arlianda Couceiro nacionalidade Brasileira

Estado civil Solteira com 15 anos de idade, nascido na cidade Lachaina em 2 de Março de 1923

filiação { Paterna Henrique dos Santos
Materna Maria Tereza da Couceiro

residente a rua Adriana da Silva n. 13 na cidade Lachaina

portador da Carteira Profissional n. 50921 serie 92 foi admitido em 10 de Januário de 1939

na qualidade de Costureira de Juvenis com os vencimentos de Rs. 2800

(diária)

para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso beneficiários.

Observações:

São Félix, 18 de Januário de 1939 Arlianda Couceiro
ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Procure a lista de anotações

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 1356

A Sra. Arlianda Couceiro nacionalidade Brasileira

Estado civil Solteira com 15 anos de idade, nascido na cidade Lachaina em 15 de Dezembro de 1924

filiação { Paterna Henrique dos Santos
Materna Maria Tereza da Couceiro

residente a rua 135 n. 118 na cidade São Félix

portador da Carteira Profissional n. 22375 serie 92 foi admitido em 29 de Julho de 1938

na qualidade de Costureira com os vencimentos de Rs. 415

(variável)

para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso beneficiários.

Observações:

São Félix, 29 de Julho de 1938 Arlianda Couceiro
ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

É importante perceber que, além da exploração e dos salários baixos, ainda que as horas de trabalho fossem longas, as mulheres negras que exerciam outras atividades fora trabalho doméstico, diferentemente das empregadas que deveriam residir no emprego, tinham mais tempo para se dedicarem à família, ou como mencionado acima, mesmo trabalhando, a convivência com a prole e a comunidade era maior (Collins, 2019, p. 119).

Figura 6- Charuteiras exercendo seu ofício

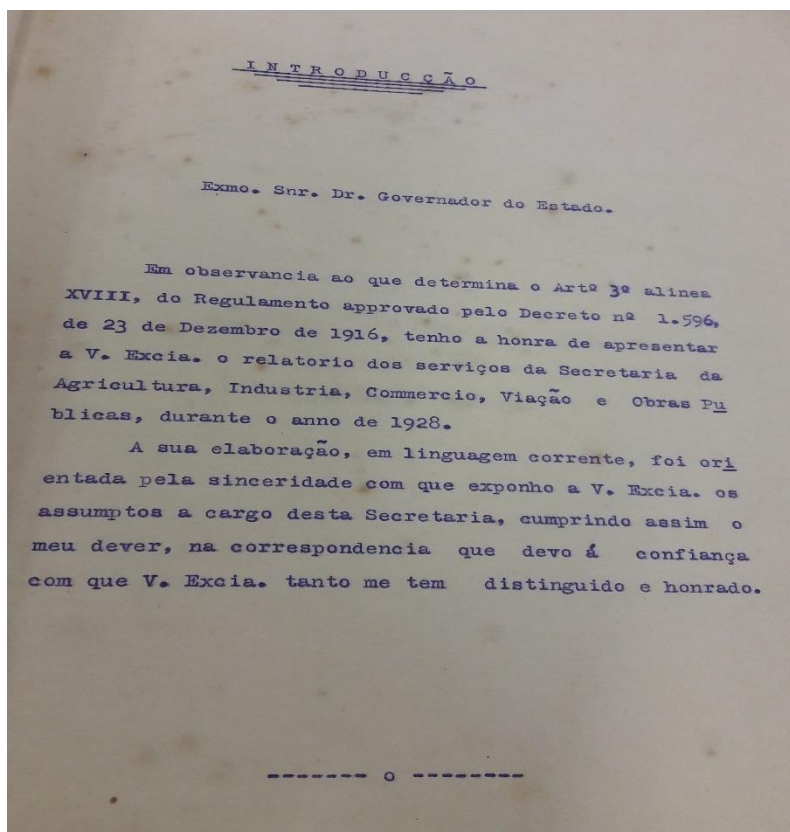


Fonte: APEB, início do século XX.

As zonas fumageiras, como São Félix, Muritiba, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, possuíam um quantitativo populacional muito superior quando comparamos com as demais freguesias. De acordo com o recenseamento de 1920, dentre os 136 municípios baianos cadastrados, a região que concentrava os campos de plantio, fábricas e armazéns de fumo, divididos entre Cachoeira, São Félix e São Gonçalo dos Campos e seus respectivos distritos, reunia uma população de 101.729 pessoas, ficando atrás somente da capital, Salvador, que abrigava 132.128 pessoas. É importante também citar Vitória da Conquista com 84.038 habitantes e Feira de Santana com 77.600 pessoas. Vale relacionar essa densidade populacional com a grande produção de fumo da Bahia no período que, consequentemente, oportunizaria possibilidades de trabalho para a população recém-egressa da escravidão.

De acordo com o relatório dos serviços da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, apresentado no ano de 1928 ao Governador do estado, a Bahia ocupava o segundo lugar como produtor mundial de cacau e figurava o terceiro lugar quanto ao fumo, com mais de 90% da produção total do Brasil. De acordo com o quadro comparativo da exportação exterior de fumo do Brasil e da Bahia, no quinquênio de 1924 a 1928, a Bahia foi responsável pelo percentual de 89,2% a 94,4% de fumo de todo o país.

Figuras 7 e 8 – Exportação exterior da Bahia (1924-1928)



44.

maior producte nos ultimos mezes do anno findo.
Comparemos, num quadro simples, mais expressivo, a exportação exterior de cacão do Brasil e da Bahia:

COMPARATIVO DA EXPORTAÇÃO EXTERIOR DE CACÃO DO BRASIL E DA BAHIA, NO QUINQUENNIO DE 1924 A 1928

Annos	B R A S I L		B A H I A		% annual em toneladas da Bahia sobre o Brasil
	Quantidade Toneladas	Valor	Quantidade Toneladas	Valor	
1924	68.874	98.173:000\$	66.945	94.882:000\$	97,1
1925	64.544	99.862:000\$	62.715	96.273:000\$	97,1
1926	63.311	103.644:000\$	62.131	101.898:000\$	98,1
1927	75.543	187.418:000\$	73.765	183.004:000\$	97,6
1928	Não obtivemos	ainda	72.941	145.585:000\$	

EXPORTAÇÃO DE FUMO: - A Bahia occupando o 2º lugar como productora mundial de cacão, figura em 3º quanto ao fumo, entrando com mais de 90% para a exportação total de fumo do Brasil.

É o que bem denota o quadro abaixo, que dispensa quaesquer considerações, pela evidencia com que os algarismos são expostos:

COMPARATIVO DA EXPORTAÇÃO EXTERIOR DE FUMO DO BRASIL E DA BAHIA, NO QUINQUENNIO DE 1924 A 1928.

Annos	B R A S I L		B A H I A		% annual em toneladas da Bahia sobre o Brasil
	Quantidade Toneladas	Valor	Quantidade Toneladas	Valor	
1924	28.449	71.019:000\$	25.391	63.794:000\$	89,2
1925	34.229	87.783:000\$	32.608	83.932:000\$	95,2
1926	27.014	62.185:000\$	23.395	55.343:000\$	86,6
1927	31.885	70.636:000\$	30.109	64.965:000\$	94,4
1928	Não obtivemos	ainda	26.772	61.681:000\$	

Fonte: Arquivo Público da Bahia.

As zonas fumageiras deram inúmeras possibilidades de resistência à população negra, além das possibilidades de trabalho, organização para acessarem a educação, ou através da organização de irmandades negras, de maneira específica, a irmandade da Boa Morte. Apesar do racismo, cuja violência se manifesta em vários sentidos, principalmente no âmbito intelectual e científico, a população negra era vista como incapaz de progressos intelectuais. Davis (2016) postula que isso decorre do fato de que as pessoas negras haviam sido propriedade, assim eram caracterizadas como inferiores, quando comparadas ao epítome branco da humanidade.

Conforme a propaganda do *Jornal O Campesino*, periódico de circulação da cidade de São Gonçalo dos Campos, em 1921, as tradições africanas eram tratadas como crendices, superstições, ilusão, ignorância, como podemos ver na descrição abaixo:

A Benzedura, uma enxaqueca e a tia Joaquina promptifica-se a fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta velha! Deixe-na na inocente ilusão de sua crendice. Mas não deixem sofrer inutilmente a mocinha. Um ou dois comprimidos de Cefiaspirina serão o bastante para aliviar dessa terrível dor de cabeça.

Na imagem que ilustra a propaganda aparece uma mulher negra e idosa realizando a benzedura em uma mulher branca, deitada numa cama com a expressão de desconfiança na face, como se pode ver na imagem a seguir. Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*, expõe como a naturalização da violência, pelo viés da neutralidade, inferioriza, primitiviza, infantiliza e desqualifica as pessoas negras e suas tradições. Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. Ou melhor, o conhecimento, a erudição e a ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial.

Figura 9 – A Benzedura



Fonte: *Jornal O Campesino*, 1921, São Gonçalo dos Campos/BA.

Contrariando o determinismo motivado pelo racismo, pois sociologicamente a definição de raça estava vinculada à distribuição dos lugares sociais, legitimando a hierarquização das sociedades e manutenção das estruturas de poder.

Nesse sentido, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo e nem capacidade de adquirir conhecimento, muito pelo contrário mostraram-se incansáveis, inteligentes e sagazes nas estratégias de resistência às opressões. Consequentemente, não teria sido necessário proibi-las de

aprender, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação (Davis, 2016, p.109).

No mesmo jornal citado anteriormente, no dia 4 de março de 1921 foi publicada uma nota sobre a escola noturna, fundada por Luiz Cardozo Cazumbá, comerciante de uma família de descendentes de africanos que, desde o século XIX, manteve o sobrenome familiar, malgrado o regime de escravidão que, entre outras coisas, “abortava” o nome de família dos africanos escravizados e seus descendentes (Silva, 2018).

Luiz Cardoso Cazumbá foi negociante e empresário na cidade de São Gonçalo dos Campos, na primeira metade do século XX. Parece ter seguido a experiência do avô, Manoel Cardoso Cazumbá, que, no início do século XX, comprara terras na localidade da Cruz. Talvez o domínio das leituras e das escritas, que ambos tiveram, tenha facilitado a atuação no mundo dos negócios e investimentos. Mesmo os africanos e descendentes que se destacaram “no mundo dos brancos” ficaram por um longo tempo na invisibilidade, quando não foram branqueados. Ou seja, deram a eles feições de brancos e seus novos sobrenomes não indicavam mais a origem africana, já que, em decorrência do processo do tráfico, os africanos perdiam sua identidade coletiva e individual. Há exceções, como o aqui abordado. No campo da História dos afrodescendentes no Brasil, a manutenção do sobrenome africano constituiu-se uma peculiaridade. É o caso da família Cazumbá.

Então, de acordo com os estudos do professor José Bento Rosa da Silva, Luiz Cardoso Cazumbá era negro e, conforme a nota abaixo do *Jornal O Campesino*, ele foi responsável por abrir os caminhos da educação escolar para a população pobre da região, já que, segundo Barbosa (2015), no caso do direito à educação, desde a Constituição Imperial de 1824, há apenas menção à educação escolar no Art. 179, quando se refere às Disposições Gerais e das Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros.

Considerações Finais

É importante ratificar que, embora estejamos tratando do pós-abolição, precisamos considerar o contexto de uma sociedade escravista, na qual a pessoa escravizada era desumanizada, uma propriedade material do senhor. Também é importante pontuar que, com relação às mulheres, a Constituição Imperial as silencia, e só passam a ter direito ao voto a partir da Constituição de 1934, é importante refletir sobre os tortuosos e peculiares caminhos para o exercício da cidadania que os pobres, mulheres e negros tiveram que trilhar.

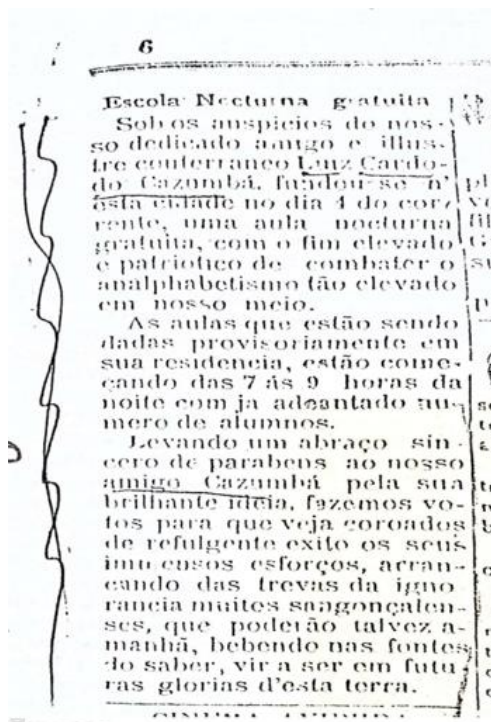
Há restrições no Título 8º, no Art. 179, quando da menção à educação, afirmando que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, a Constituição de 1891 garantia o direito de oferta escolar através da iniciativa privada. No contexto fumageiro, percebe-se que as pessoas negras estavam se organizando para alfabetizar seus iguais, já que não teriam oportunidade na casa das professoras direcionadas às classes abastadas e tinham consciência dos caminhos que a educação poderia abrir.

Assim, além de a Constituição não cogitar a vinculação de recursos para a educação, relegou a demanda por educação escolar para o indivíduo que, através de motivações pessoais e sociais, buscase os bancos escolares. Nesse sentido, nem mesmo a revisão da Constituição de 1925/1926 alcança a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária como princípio nacional (Barbosa, 2015, p.115-116). Nesse contexto, o professor Luiz Cardoso Cardoso Cazumbá abriu as portas de sua residência para, certamente, dar oportunidade a trabalhadores e trabalhadoras negras em ter acesso à educação,

Escola Noturna gratuita, sob os auspícios do nosso dedicado amigo e illustre conterrâneo Luiz Cardozo Cazumbá, fundou-se nesta cidade, no dia 4 do corrente, uma aula noturna gratuita, com o fim elevado e patriótico de combater o analfabetismo tão elevado em nosso meio. As aulas estão sendo dadas provisoriamente em sua residência, estão começando de 7 às 9 horas da noite com já adeantado número de alunos.

Levando um abraço sincero de parabéns ao nosso amigo Cazumbá pela sua brilhante ideia, fazemos votos para veja coroado de refulgentes êxito os seus imensos esforços, arrancando das trevas da ignorância muitos sangonçalenses, que poderão talvez amanhã, bebendo nas fontes do saber, vis a ser o futuro de glória desta terra (O Campesino, 1921).

Figura 10– Escola Noturna



Fonte: *Jornal O Campesino*, 1921, São Gonçalo dos Campos/BA.

O “já adeantado número de alunos” indica o grande interesse pela alfabetização, que também é visto na história de Cantídia, quando zela pela frequência dos filhos na escola. Este é um tema que aparece no livro da minha autoria, onde tratei sobre as Mulheres na Menendez e Amerino, de 1950 a 1980, e uma das entrevistadas conta que, além de contornar as dificuldades financeiras, estava presente em todas as atividades diárias para manter os filhos na escola (Lessa, 2020, p.98):

No tempo que José trabalhava na fazenda, todo mundo tinha que acordar cedo para trabalhar na roça dos patrão, limpar o terreiro, cuidar das leras⁴, tirar leite e soltar os boi no pasto; de tardezinha os meninos ia pender os bois. Eu acordava junto, ainda tudo escuro para não deixar os meninos ir, eu ia no lugar deles, para deixar eles dormi mais um pouco para estudar. Naquele tempo era uma farda para os três, o mais velho estudava de tarde, e o do meio de manhã. Eles usavam a mesma farda, e quando o mais novo entrou na escola ele usou essa farda também. O dinheiro não dava para comprar livro, mas fazia tudo para os meninos ir para escola. O mais novo, quando a farda lascou, ficou um mês pedindo autorização para entrar na escola sem farda até receber dinheiro para comprar outra camisa.

⁴ Covas de plantações.

Durante a gestão de Anísio Teixeira como Diretor de Instrução Pública (1925-1928), esforços foram feitos para que se garantisse na Bahia a obrigatoriedade do ensino, mas quase nada foi efetivado na prática e, assim, no Recôncavo o analfabetismo florescia no vazio deixado pela ausência da iniciativa pública (Barbosa, 2015, p.116). E após a abolição, as pessoas negras do Recôncavo Fumageiro seguiram sabiamente rejeitando o lugar de inferiorização e desumanização que a sociedade lhes reservou.

Referências

AGUIAR, Fernando José de Portugal e Castro. *Ofício ao conde dos Arcos remetendo frascos de sementes de tabaco da Virgínia para serem plantados na Bahia*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 15 jul. 1812. 3 doc. (3 p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000358/mssp0000358.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. *A manufatura do fumo na Bahia*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279391>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1982.

APEB. Seção de arquivo colonial e provincial, judiciário, processo-crime. Núcleo: Tribunal da Justiça. Série: Homicídios, classificação: 11/388/01, Cachoeira, 1862. 88 páginas.

APEB. Tribunal da Relação. Est. 09, cx. 373, Maço 08.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. 2 ed. Brasileira Nacional, 1955.

BAHIA, José Péricles Diniz. *Ser baiano na medida do Recôncavo: o jornalismo regional como elemento formador de identidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

BARBOSA, Elizabete Pereira. *A Fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia (1925-1946)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

BARICKMAN, B. J. *As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo Baiano, 1835*. In: *Jornal População e família*, n. 2, 1999.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Virgínia Queiroz. *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

BORBA, Silva Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930*. 1975. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. *Mulheres no trabalho: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)*. ANPUH-BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477879113_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-MulheresnoTrabalho.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. *Uma História do Trabalho no Recôncavo Fumageiro: controle, lutas e resistência na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BUENO, winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento feminista de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. *Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo: Perspectiva, 2020

CALMON, Francisco de Marques de Góes. *Vida Econômica-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: Editora CPE, 1979.

CARVALHO, Maria Cristina. *Crianças e escravidão: cotidiano e trabalho – São Gonçalo dos Campos/BA – 1835/1871*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <https://nesp.unb>

.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia de cólera na Bahia em 1855-56*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FARKAS, Thomaz. *Cinema Documentário: um método de trabalho*. 1972. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

Fichas de empregadas da Dannemann, 1938. Arquivo Público de São Félix.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1942.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Ser escrava no Brasil*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 15, 1988.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. *Liberata. A Lei da ambiguidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/v7mzs/pdf/grinberg-9788599662762.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

JORNAL A Imprensa, Cachoeira 1884-1885. Arquivo Público da Bahia, flash 43, filme 08.

JORNAL O Campesino, 1921, São Gonçalo dos Campos. Disponível na Biblioteca Municipal de São Gonçalo dos Campos.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LESSA, Luciana Falcão. *Senhoras do cajado: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LESSA, Rosana Falcão. *Mulheres, trabalho e memória na Bahia: o caso da indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos, 1950-1980*. Salvador: Editora Devires, 2020.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 51- 55, 1988.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia no século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

NARDI, Jean Baptiste. *Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia*. Salvador: Arcadia, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: 1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *O corpo da mulher negra* [on-line]. Site Antroposmoderno. Disponível em: <http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/IsildinhaNogueira.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 1988. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. *Viver e morrer no meio dos seus – Nações e comunidades africanas na Bahia*. Revista da USP, São Paulo, n. 28, 1996.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PENNA, Mariah Costa. *Vidas da vida – aos humildes e humilhados*. Brasília: Horizonte Editora Ltda., 1989.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. *O trabalho de crianças escravas na cidade do Salvador, 1850-1888*. Afro- Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 32, 2005.

PINTO, L. A. Costa. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. In. BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

RELATÓRIO DE EXPORTAÇÃO EXTERIOR DA BAHIA (1924-1928). Arquivo Público da Bahia.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1920. Vol. IV- 2parte- Tomo 2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6463.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Alexandre Vierira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil* (c. 1750 – c. 1800). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Vilmaria Lúcia. *Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras*. Anais do colóquio do Lahes. Juiz de Fora: laboratório de história econômica e social, UFJF, 2005.

SANTANA, Clíssio. *“Ele queria viver como se fosse homem livre”: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Ruy. *Teixeira Moleque*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

SANTOS, Valdomiro Lopes dos. *A pecuarização do Recôncavo fumageiro: o caso de São Gonçalo dos Campos, Bahia*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

SARDENBERG, Cecília M. B. *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 19 abril 2019.

SAVIANI, Demerval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*, São Paulo, Saraiva, 1973.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVA, José Bento Rosa da. *Cazumbá no pós-abolição: memória, identidade e “patrimônio imaterial” em São Gonçalo dos Campos, Bahia*. Revista Tempo e Argumento, v. 10, n. 25, 2018.

SOARES, Cecília. *A mulher negra na Bahia do Século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

VERGER, Pierre. *O fumo da Bahia e o tráfico de escravos do Golfo de Benim*. Salvador: CEAO/UFBA, 1966.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.